

PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A concepção de avaliação que sustenta a proposta deste Regimento aponta para a mudança de enfoque dos resultados e metas para o acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem do educando. Esta perspectiva avança para a democratização da avaliação e o enfrentamento do fracasso escolar.

Acreditamos que a Rede Municipal já vem realizando uma caminhada nesta direção e que, nos últimos anos; muitos educadores têm vivenciado práticas que possibilitam propormos alterações regimentais, como apoio real às condições de mudanças.

Além disso, os educadores, de maneira geral, estão preocupados com a avaliação e desejam melhorar de alguma jeito o que hoje estão fazendo. A grande maioria dos professores não se sentem satisfeitos com a avaliação que fazem.

Em geral, há uma tendência em apontar a necessidade de ser "objetivo". Essa crença e essa busca da objetividade na avaliação tem um pressuposto que é o de medir igualmente todo o grupo de educandos, através de provas, imaginando-se fazer justiça. É um pressuposto que se insere dentro de uma visão equivocada não só da avaliação, mas da própria compreensão da educação, e que devemos superá-la.

Atualmente, de todo o coletivo da escola só o educando é sistematicamente avaliado, recaindo principalmente sobre ele as causas do fracasso escolar. A avaliação assume um poder muito forte até no seu próprio desempenho: o educando que assimila o conceito de que é "bom aluno", tende a se sair bem; aquele, cuja imagem o professor passa de que "não é bom aluno", acaba não se saindo bem, considerando-se incapaz.

Cria-se, a partir daí, um consenso de que as diferenças de desenvolvimento dos educandos são decorrentes das diferenças, individuais, com base na argumentação de que são dadas oportunidades iguais para todos, só que alguns aproveitam-nas, e outros, não. Desta forma, a avaliação se transforma em mais um dos mecanismos legitimadores do fracasso escolar e funciona como instrumento de discriminação, que, na sua essência, é uma discriminação social. O saber e a postura valorizados dentro da escola não são os dos setores populares da sociedade - a maioria dos educandos das escolas públicas. As desigualdades sociais convertem-se em fracassos escolares que, em última instância, representam uma camuflagem da própria seleção social.

A partir dessas desigualdades, o processo pedagógico acaba se centrando na classificação e controle dos educandos. Confunde-se a avaliação com os momentos de atribuição de notas e os educandos não se sentem comprometidos em avançar no conhecimento. Atribuir notas às atividades realizadas passa a ser mais importante que o próprio desenvolver e a razão de ser dessas atividades. Os educandos não discutem o que estão aprendendo, se estão gostando de aprender e o que irão fazer com os conhecimentos aprendidos. Estuda-se em função da prova e da nota e nisto se resume a avaliação.

Nesta perspectiva, garantir a nota para promoção passa a ser o objetivo do aluno. Por esta razão, surgem as mais diversas formas de controle com o intuito de se "segurar" o aluno que, por sua vez, responde com atitudes para desmontar este controle (exemplos: cola, relaxar no 4º bimestre, dar valor só às provas etc). Neste contexto podemos situar a questão dos pesos diferenciados para os quatro bimestres, no atual Regimento, e a angústia experimentada nos momentos de arredondamento de notas.

A proposta do Regimento aponta para mudança de foco da avaliação. Esta mudança de foco é o fundamental a ser discutido: que a avaliação não seja um sistema de classificação de alunos, com base em cálculos matemáticos e nem um instrumento de poder, controle e submissão dos educandos. Deve propiciar uma constante revisão da ação educativa, realizada, portanto, através da participação e discussão conjunta sobre o trabalho desenvolvido e as mudanças observadas na aprendizagem dos educandos. Desta forma, a avaliação assume as características de investigação e diagnóstico do processo como um todo, tornando-se importante prática pedagógica para balizar os avanços e dificuldades do processo educativo, possibilitando que sejam efetivadas ações no sentido de melhorar a sua qualidade.

É fundamental que a atenção esteja voltada para os princípios e fins da avaliação e não para os seus procedimentos e formas, pois estes são decorrentes dos primeiros.

Quando propomos alterar a forma de avaliação que está sendo vivenciada pela Rede Pública Municipal, necessariamente nos remetemos à discussão dos seus princípios e fins. É importante que todos os educadores, pais e educandos, reflitam e analisem como vem sendo conduzido e a que está levando este processo atual de avaliação e, sobretudo, que princípios estão subjacentes a esta prática.

Devemos reconceituar a avaliação escolar, não nos restringindo apenas à avaliação que o professor realiza sobre o desempenho do aluno. A avaliação tem de se voltar para o trabalho educativo e para a organização escolar na sua totalidade. Cabe ao Conselho de Escola, como expressão do coletivo, realizar esta tarefa, cujos critérios estarão explicitados no Plano Escolar. A avaliação da aprendizagem é uma das inter-faces do projeto mais amplo de avaliação da organização escolar, envolvendo o desempenho da equipe escolar e as condições contextuais da escola.

O professor exerce um papel essencial na intermediação entre o projeto pedagógico da escola e a sua concretização, na relação direta com o educando.

Ao professor, através da ação docente, cabe registrar as evidências que dizem respeito ao modo como cada educando está se desenvolvendo e aprendendo no processo como um todo. O registro, obtido através da observação atenta de sua própria participação e dos educandos nas atividades, da verificação dos exercícios, trabalhos, provas, relatórios, da manifestação espontânea dos educandos em situações de ensino-aprendizagem, é um material indispensável para os dados que serão utilizados para a sua transformação em conceitos de avaliação.

A transformação dos registros em conceitos:

1) Coloca a necessidade de que cada professor disponha de um relatório documentado do planejamento de sua ação, enquanto docente, e das situações, materiais e esforços desenvolvidos para garantir as condições adequadas de aprendizagem a todos os educandos, tendo em vista a construção do conhecimento.

2) Requer que se tenha à disposição registros suficientes que permitam a análise do desenvolvimento do educando com vistas a se obter uma visão global de como o educando está se situando no processo de ensino-aprendizagem, acessíveis ao coletivo da equipe escolar, aos pais e educandos.

3) A discussão, no coletivo, em cima dos relatos e dos registros disponíveis para, a partir da visão global de cada educando no processo ensino-aprendizagem:

- (a) definir o conceito que irá expressar a avaliação do educando em cada área do conhecimento;
- (b) tomar as decisões que se fizerem necessárias para orientar o planejamento permanente da ação docente;
- (c) fazer encaminhamento sobre providências que devam ser tomadas para garantir o êxito da ação educativa e assegurar o compromisso e a responsabilidade de todos nesta ação.

Sem dúvida, repensar o processo de avaliação, tal como está sendo proposto, é repensar também o projeto pedagógico da escola, superando o papel do educando como objeto de avaliação para o papel de sujeito, entre outros, do processo avaliativo. É romper a visão fragmentada, através dos diversos componentes curriculares, que impede uma visão global do educando nas suas potencialidades e possibilidades.

Concluindo, com a concepção de Gestão da Escola e de Currículo que assumimos, pretendemos imprimir uma nova qualidade ao processo ensino-aprendizagem, tornando-o mais significativo para o educando e instrumento de emancipação e de conquista de sua cidadania. Ao mesmo tempo, estaremos investindo na construção de uma escola pública que seja capaz de assumir a sua parcela de responsabilidade na transformação da sociedade brasileira, tornando-a menos autoritária e desigual e mais democrática e solidária".